

MERCOSUL/VI RAPIM/ATA Nº 2/17

**VI REUNIÃO DE AUTORIDADES SOBRE POVOS INDÍGENAS DO  
MERCOSUL**

Realizou-se, em Brasília, em 1º de dezembro de 2017, a VI Reunião de Autoridades sobre Povos Indígenas do MERCOSUL, com a presença das Delegações de Brasil, Argentina, Chile e Bolívia.

Tendo em vista que as delegações de Paraguai e Uruguai não participaram da reunião, esta Ata fica sujeita ao disposto na Decisão CMC Nº 44/15.

A Lista de Participantes consta no Anexo I.

A Agenda consta no Anexo II.

O Resumo da Ata consta no Anexo III.

A agenda da reunião compreendeu:

**1. ABERTURA E APRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES**

O Presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai) e Coordenador Nacional da RAPIM, sob a Presidência *Pro Tempore* brasileira (PPTB), Franklimberg Ribeiro de Freitas, deu as boas-vindas às delegações estrangeiras e representações de outros órgãos governamentais do Brasil. Tratou, no discurso de abertura da reunião, da relevância da documentação para indígenas do MERCOSUL. Seguiram-se as falas de abertura dos demais participantes.

**2. APROVAÇÃO DA AGENDA**

A PPTB consultou os presentes sobre a agenda apresentada, que foi aprovada.

**3. DISCUSSÃO DA PROPOSTA DE DECLARAÇÃO SOBRE REGISTRO  
CIVIL DE NASCIMENTO DE INDÍGENAS DO MERCOSUL**

A PPTB apresentou e fez leitura de proposta de Declaração sobre registro civil de nascimento (RCN) de indígenas do MERCOSUL, já previamente circulada entre as delegações convidadas, e destacou a necessidade da universalização do acesso ao RCN, com foco nas populações indígenas, sobretudo fronteiriças, no espaço do MERCOSUL.

As delegações acordaram que o tema deverá ter seguimento nas próximas reuniões da RAPIM, e saudaram a referida iniciativa. Acordou-se, ademais, na designação de pontos focais, com prazo até 11 de dezembro de 2017, os quais comporão grupo de trabalho com o fim de discutir o projeto de declaração circulado pela PPT brasileira, em coordenação com os órgãos pertinentes em seus respectivos países.

A Declaração consta no **Anexo IV**.

#### **4. DISCUSSÃO PRELIMINAR SOBRE O CONTEÚDO DE EVENTUAL REGULAMENTO DA RAPIM**

A Delegação do Brasil propôs a criação de grupo de trabalho para a discussão e negociação de eventual regulamento da RAPIM, a ser composto por 4 pontos focais (2 titulares e 2 alternos), que deverão incluir representantes das respectivas chancelarias e de órgãos finalísticos governamentais. Acordou-se, nesse particular, prazo até 11 de dezembro para indicação dos mencionados pontos focais.

As delegações presentes coincidiram acerca da relevância das mencionadas redes de pontos focais, com vistas, sobretudo, a emprestar melhor coordenação e continuidade à agenda da RAPIM. Exemplos dos benefícios dessa possibilidade seria possível coordenação de posições quando da participação dos estados-parte em foros multilaterais com implicações para o mandato da Reunião.

#### **5. APRESENTAÇÕES DOS PAÍSES**

A Delegação da Argentina apresentou relatório sobre políticas e ações orientadas aos povos indígenas em nível nacional, à luz da legislação doméstica e de compromissos internacionais na matéria, como Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (**Anexo V**).

A Delegação da Bolívia, fez um relatório a respeito dos avanços em favor da proteção dos direitos das 36 nações e povos indígenas originários e camponeses do Estado Plurinacional (**Anexo VI**).

O diretor do Museu do Índio, no Rio de Janeiro, fez, igualmente, apresentação sobre a proteção de línguas indígenas ameaçadas (**Anexo VII**).

A Delegação do Chile fez apresentação sobre o tema: "Consulta Constituyente Indígena y Aplicación del Convenio 169 OIT en Chile" (**Anexo VIII**).

A Delegação do Brasil tratou, por sua vez, da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas (PNGATI) (**Anexo IX**).

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Coordenador Nacional, Presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), agradeceu a presença de todos e enfatizou a importância da RAPIM na defesa dos direitos dos povos indígenas. Nesse sentido, saudou o caráter objetivo das conclusões da reunião, que deverão permitir seguimento de forma eficaz e eficiente, e deu por encerrada a VI Reunião de Autoridades sobre Povos Indígenas do MERCOSUL.

As delegações manifestaram satisfação com a conclusão da VI Reunião de Autoridades sobre Povos Indígenas do MERCOSUL e parabenizaram a Presidência *Pro Tempore* brasileira pela organização e condução dos trabalhos.

## 7. PRÓXIMA REUNIÃO

A próxima reunião ordinária da RAPIM será convocada oportunamente pela Presidência *Pro Tempore*.

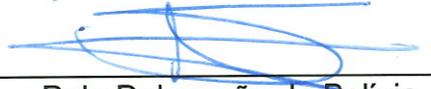
## ANEXOS

Os anexos que fazem parte da presente ata são os seguintes:

Anexo I	Lista de Participantes
Anexo II	Agenda
Anexo III	Resumo da Ata
Anexo IV	Declaração sobre Registro Civil de Nascimento de Indígenas do MERCOSUL
Anexo V	Relatório da Argentina sobre políticas e ações orientadas aos povos indígenas em nível nacional
Anexo VI	Relatório da Bolívia: "Bolívia y el Proceso de cambio a favor de las 36 Naciones y Pueblos Indígenas Originarios Campesinos del Estado Plurinacional".
Anexo VII	Apresentação do diretor do museu do índio sobre proteção de línguas indígenas ameaçadas
Anexo VIII	Apresentação do Chile: "Consulta Constituyente Indígena y Aplicación del Convenio 169 OIT en Chile"
Anexo IX	Apresentação do Brasil sobre Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas (PNGATI)

  
Pela Delegação da Argentina

  
Pela Delegação do Brasil

  
Pela Delegação da Bolívia

**MERCOSUL/RAPIM/ATA Nº 02/17**

**VI REUNIÃO DE AUTORIDADES SOBRE POVOS INDÍGENAS DO  
MERCOSUL (RAPIN)**

**PARTICIPAÇÃO DA REPÚBLICA DO CHILE**

A Delegação do Chile participou do desenvolvimento da VI Reunião de Autoridades Sobre Povos Indígenas do MERCOSUL (RAPIN), celebrada no dia 1º de dezembro de 2017, em Brasília, no tratamento dos temas da Agenda, e manifestou seu acordo com relação a eles.



\_\_\_\_\_

Pela Delegação do Chile

**VI REUNIÃO DE AUTORIDADES SOBRE POVOS INDÍGENAS DO MERCOSUL**

**ACTA Nº 02/17**

**ANEXO I**

**Brasília, 1º de dezembro de 2017**

## ANEXO I

VI REUNIÃO DE AUTORIDADES SOBRE POVOS INDÍGENAS DO  
MERCOSUL (RAPIN)

ATA Nº 02/17

Brasília, 1º de dezembro de 2017

LISTA DE PARTICIPANTESDELEGAÇÃO DA ARGENTINA

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL
María Gabriela Matiausch	DIMPO - MRECIC	tmg@mrecic.gov.ar

DELEGAÇÃO DO BRASIL

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL
Franklimberg Ribeiro de Freitas	Funai – Brasil	franklimbmerg.reitas@gmail.com
Rodrigo Martins Prates	Ministerio de Defensa	rodrigo.prates@defensa.gov.br
Fernando Vianna	Funai – MJSP	fernando.vianna@funai.gov.br
Danusa Sabala	Funai – Brasil	internacional@funai.gov.br
Priscilla Ricarte Torres	Funai - Brasil	priscilla.torres@funai.gov.br
Thiago Garcia	MDH - Brasil	thiago.garcia@mdg.gov.br
Federico Raphael Carelli Durão Brito	GSI-PR-Brasil	federico.brito@presidencia.gov.br
Daniel de Oliveira Piza	Funai – Brasil	daniel.piza@funai.gov.br
Rodrigo Paranhos Faleiro	Funai – Brasil	rodrigo.faleiro@funai.gov.br
Nathanael Soares e Silva	MRE	nathanae.silva@itamaraty.gov.br

DELEGAÇÃO DA BOLÍVIA

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL
Salim Ale Nemer	MRE	salimalenemer@gmail.com

DELEGAÇÃO DO CHILE

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL
Mario González	MDESÓ	mgonzalez@desarrollosocial.cl

VI REUNIÃO DE AUTORIDADES SOBRE POVOS INDÍGENAS DO MERCOSUL

ACTA Nº 02/17

# ANEXO II

Brasília, 1º de dezembro de 2017

## ANEXO II

### VI REUNIÃO DE AUTORIDADES SOBRE POVOS INDÍGENAS DO MERCOSUL

Brasília, 1º de dezembro de 2017.

#### Agenda

1. **ABERTURA E APRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES**
2. **APROVAÇÃO DA AGENDA**
3. **DISCUSSÃO DA PROPOSTA DE DECLARAÇÃO SOBRE REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO DE INDÍGENAS DO MERCOSUL**
4. **DISCUSSÃO PRELIMINAR SOBRE O CONTEÚDO DE EVENTUAL REGULAMENTO DA RAPIM**
5. **APRESENTAÇÕES DOS PAÍSES**
6. **CONSIDERAÇÕES FINAIS**
7. **PRÓXIMA REUNIÃO**

VI REUNIÃO DE AUTORIDADES SOBRE POVOS INDÍGENAS DO MERCOSUL

ACTA Nº 02/17

# ANEXO III

Brasília, 1º de dezembro de 2017

**ANEXO III****VI REUNIÃO DE AUTORIDADES SOBRE POVOS INDÍGENAS DO  
MERCOSUL (RAPIN)****ATA Nº 02/17****Brasília, 1º de dezembro de 2017****RESUMO DA ATA****1. BREVE INDICAÇÃO DOS TEMAS TRATADOS**

Foram tratados todos os temas previstos na Agenda que conta como Anexo II da Ata Nº 02/17, VI Reunião de Autoridades sobre Povos Indígenas do MERCOSUL (RAPIN).

**2. PROJETOS DE RESOLUÇÃO ELEVADOS**

Não se eleva.

**3. DOCUMENTOS ELEVADOS A CONSIDERAÇÃO DO GMC**

Não se eleva.

**4. SOLICITAÇÕES OU INSTRUÇÕES**

Não houve.



## VI REUNIÃO DE AUTORIDADES SOBRE POVOS INDÍGENAS DO MERCOSUL – RAPIM

Brasília, 01 de dezembro de 2017

### DECLARAÇÃO SOBRE REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO DE INDÍGENAS DO MERCOSUL

As autoridades sobre povos indígenas do MERCOSUL, reunidas em Brasília, no dia 01 de dezembro de 2017, por ocasião da VI Reunião de Autoridades sobre Povos Indígenas do MERCOSUL (RAPIM), sob a Presidência *Pro Tempore* brasileira,

#### **TENDO EM VISTA**

O Tratado de Assunção, o Protocolo de Ouro Preto, a Decisão CMC Nº 14/14 do Conselho de Mercado Comum (CMC);

#### **CONSIDERANDO**

A universalidade, a indivisibilidade, a interdependência e a inter-relação de todos os direitos humanos;

Que o registro civil de nascimento é condição necessária ao acesso e pleno exercício dos direitos humanos;

O disposto na Declaração Universal dos Direitos Humanos, nos Pactos Internacionais sobre Direitos Civis e Políticos e sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas, na Convenção Americana sobre Direitos Humanos (OEA), e, especialmente, nos artigos 32 da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho e 36 da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, no que se refere ao exercício da cidadania e aos direitos à nacionalidade e a sair livremente e retornar ao seu próprio país entendidos como aspectos essenciais da proteção à dignidade da pessoa humana;

As obrigações decorrentes de instrumentos internacionais sobre os direitos dos povos indígenas, tais como a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, para a garantia da autonomia, da cidadania e dos direitos individuais e coletivos dessas populações;

A adoção dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) pelas Nações Unidas e a meta de fornecer identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento até 2030, disposta no objetivo 16.9;



O reconhecimento e a proteção da diversidade étnica e cultural de nossos países como etapas imprescindíveis para a superação das desigualdades e de violações dos direitos humanos dos povos indígenas em nossa região;

Que os maiores índices relativos de sub-registro civil de nascimento em nossos países incidem sobre indígenas, e que a falta de acesso à documentação civil constitui óbice à garantia de seus direitos, apesar de avanços relativos ao reconhecimento e à identificação desses povos em nossos países;

Que os desafios relacionados ao Registro Civil de Nascimento de indígenas foram reconhecidos no âmbito da RAPIM desde a sua segunda edição, em 2015, quando foi realizado seminário internacional sobre a temática em Brasília, a fim de contribuir para a elaboração de plano de trabalho específico sobre o tema;

A necessidade de aprofundar e fortalecer a dimensão social do processo de integração do MERCOSUL, por meio de visão inclusiva dos povos indígenas do bloco;

A importância de valorizar os povos indígenas do MERCOSUL, respeitando suas particularidades, saberes e culturas;

Que a Reunião de Autoridades sobre Povos Indígenas do MERCOSUL é o fórum adequado para discutir, acordar e propor iniciativas de ação conjunta para superar os desafios enfrentados pelos povos indígenas do bloco;

#### **DECLARAM:**

1. Que envidarão esforços nacionais para reconhecer e identificar os povos indígenas que vivem em seus territórios, tendo em vista a universalização do acesso ao registro civil de nascimento em benefício dos indivíduos indígenas da região;
2. Estar comprometidos com o fortalecimento dos processos de recenseamento nacionais, de forma a possibilitar a qualificação de estatísticas e o desenvolvimento de indicadores específicos para subsidiar planos, políticas e ações voltadas à promoção do registro civil de nascimento e da cidadania plena dos povos indígenas;
3. Estar comprometidos com o compartilhamento de informações nacionais para o desenvolvimento de protocolos, fluxos de atendimento, políticas e ações especificamente voltadas à acessibilidade de indígenas de regiões fronteiriças ao registro civil de nascimento, com base nos princípios da equidade e da garantia universal dos direitos humanos;
4. A intenção de colaborar para o desenvolvimento de políticas e ações nacionais para o acesso universal à documentação por meio da implementação de sistemas seguros e



integrados de registro civil, baseados em procedimentos simples, gratuitos e não discriminatórios, com proteção de informações pessoais e respeito às diversidades cultural e de gênero, dentre outras.

5. A intenção de simplificar os procedimentos, protocolos, e documentos necessários à livre circulação dos indígenas que habitam nas regiões de fronteira entre dois ou mais países do MERCOSUL, de modo a facilitar seus contatos e cooperação.

VI REUNIÃO DE AUTORIDADES SOBRE POVOS INDÍGENAS DO MERCOSUL

ACTA Nº 02/17

# ANEXO V

Brasília, 1º de dezembro de 2017

PRESENTACION DE LA ARGENTINA EN MATERIA DE POLITICAS Y ACCIONES ORIENTADAS A LOS PUEBLOS ORIGINARIOS

VI Reunión de la RAPIM - Brasilia, 01 de diciembre de 2017

La República Argentina, a través del presente informe de avance, aspira a compartir con los países del MERCOSUR los aspectos más importantes de las políticas y acciones orientadas a los pueblos indígenas del país, y en cumplimiento de compromisos emanados de instrumentos internacionales, en consonancia con la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible de ONU, el Plan de Acción de Derechos Humanos (RESOL-2017-174-APN-SECDHYPC#MJ de marzo del 2017), y la normativa nacional vigente. Todos los documentos y leyes que son la guía para la gestión de los asuntos indígenas, se inspiran en los valores de la inclusión, la no discriminación e igualdad; la reparación histórica, el acceso universal a Derechos y el compromiso con los derechos humanos.

Esto adquiere especial relevancia a partir del año 2016, cuando el Instituto Nacional de Asuntos Indígenas (INAI), organismo oficial de diseño y ejecución de políticas indígenas, es trasladado de la órbita del Ministerio de Desarrollo Social, a la órbita de la Secretaría de Derechos Humanos y Pluralismo Cultural, perteneciente al Ministerio de Justicia y Derechos Humanos de la Nación. Esto, que a simple vista pareciera un reacomodamiento de la estructura del Estado, supone un cambio de enfoque en el abordaje relacionado con los pueblos originarios, dado que se desplaza la visión y políticas de asistencialismo y se fortalece a las comunidades indígenas en tanto *sujetos de derecho*.

Asimismo, también a comienzos del 2016, se creó el Consejo Consultivo y Participativo de los Pueblos Indígenas (CCyPPI), integrado por referentes de comunidades indígenas de las zonas más vulnerables del país, que evidencia que la Argentina transita un camino de reparación respecto de los derechos y necesidades de los pueblos indígenas.

El INAI, desarrolla tres ejes principales de trabajo. Un primer eje vinculado a las problemáticas asociadas con el territorio, que incluye los esfuerzos en materia de relevamientos territoriales, conflictos por tierras y asistencia jurídica en dichos casos, y el registro de comunidades indígenas. Un segundo eje, se focaliza en la afirmación de derechos, que engloba todos los aspectos normativos y de gestión de la participación y la representación indígena en los diferentes espacios creados para tal fin; la implementación de la consulta previa, y la restitución de los restos arqueológicos a las comunidades. Por último, el eje de articulación con los demás ministerios y organismos del Estado, para procurar avanzar en el desarrollo sostenible, y en promover la cultura de los pueblos originarios de nuestro país, para dar a conocer sus conocimientos ancestrales y valores tradicionales, que enriquecen a toda la sociedad.

Eje 1: Tierras

- En el marco de implementación de los derechos constitucionales y los compromisos emanados del Convenio N° 169 de la OIT que hacen mención al territorio, destacamos la continuidad de la labor en torno al Relevamiento Técnico-Jurídico y Catastral para determinar la situación de dominio de las tierras tradicionalmente ocupadas por las comunidades indígenas. Dado que a marzo de 2017 se habían relevado en todo el país 805 comunidades, sobre un universo de más de 1600 comunidades identificadas, en el mes de noviembre el Congreso de la Nación sancionó una nueva prórroga de la Ley 26.160 (promulgada por primera vez en el año 2006), que declara la emergencia territorial y que suspende los desalojos de las comunidades indígenas hasta tanto no se culmine con el relevamiento territorial que determina la ocupación actual, tradicional y pública. El gobierno nacional, a través del INAI, han expresado la voluntad de culminar con los procesos de relevamiento, para poder avanzar en resolver la cuestión de fondo, que es la posesión y propiedad comunitaria de la tierra. Para alcanzar dicho objetivo, se está avanzando en introducir medios tecnológicos que agilicen

el procesamiento de los relevamientos tanto en el terreno como posteriormente en instancias administrativas, lo cual permitirá disminuir los tiempos actuales para determinar la situación de las tierras ocupadas tradicionalmente. Una vez finalizados los relevamientos técnico-jurídico catastrales, el Poder Ejecutivo ha expresado su voluntad de generar un acuerdo federal, para avanzar en la propiedad comunitaria, competencia primaria de cada una de las provincias. En la actualidad, ya hay algunas provincias que otorgan títulos de propiedad comunitaria. Entre ellas, se encuentran: Formosa, Chaco, Chubut, Neuquén, Tucumán, Buenos Aires, Entre Ríos, Río Negro y Salta.

- Es importante destacar que el INAI fomenta la participación de los delegados del Concejo de Participación Indígena y de las mismas comunidades en todas las etapas del proceso de implementación del Programa Nacional Relevamiento Territorial de Comunidades Indígenas (Re.Te.C.I.).
- El INAI también provee los medios a las comunidades indígenas que lo solicitan para afrontar los gastos que demanden la defensa o promoción de las acciones jurídicas y extrajudiciales, lo cual promueve su acceso a la justicia frente a conflictos territoriales vinculados a la aplicación de la Ley 26.160. Al tomar conocimiento de cualquier causa judicial donde se encuentre involucradas las comunidades indígenas, se contacta con los juzgados, fiscalías o comisarías y/o quienes se encuentren operando jurídicamente sobre el caso, efectuando las gestiones pertinentes para certificar de manera fehaciente las existencias de las causas denunciadas, y las medidas de protección tomadas al respecto para resguardar los derechos humanos indígenas de los comuneros y en su caso.
- Se inscribieron a 28 nuevas comunidades en el Registro Nacional de Comunidades Indígenas (Re.Na.Ci), llegando a un total acumulado de 1420.

## **Eje 2: Afirmación de derechos de los pueblos indígenas**

- El Consejo de Participación Indígena (CPI) es una instancia de participación y consulta de las comunidades de los diversos Pueblos Originarios que habitan en Argentina, basado en un abordaje integral y territorial que permite recuperar las experiencias y capacidades de las comunidades, priorizando sus particularidades socioculturales. Es importante mencionar, que a lo largo de los próximos meses, se llevará a cabo las elecciones de los delegados, por cumplimiento de los mandatos actuales, y en algunas provincias, se elegirá por primera vez un representante, en este caso, correspondiente al Pueblo Pilagá de Formosa.
- Se ha iniciado el trabajo sobre procesos de Consulta Previa, Libre e Informada en cumplimiento de la Ley 24.071 ratificatoria del convenio 169 de la OIT.
- En cuanto a la restitución de restos humanos indígenas a las comunidades, establecida por Ley Nacional N°25.517 (Decreto N°701/10), y acorde a los lineamientos éticos del "Acuerdo de Vermillion" del Congreso Mundial de Arqueología en el año 1990, en el 2016 se han concretado dos importantes restituciones de restos que se encontraban en el Museo de La Plata, perteneciente a la Facultad de Ciencias Naturales y Museo de la Universidad Nacional de La Plata (UNLP):
  - restitución de "Seriöt" y cuatro N.N. a la comunidad "Rafaela Ishton" del Pueblo Selk'nam de la Provincia de Tierra del Fuego
  - restitución de los lonkos Gherenal y Chipitruz, del machi Indio Brujo y del cona Manuel Guerra a la Comunidad "Cacique Lorenzo Cejas Pincén" del Pueblo Mapuche Tehuelche de la Provincia de Buenos Aires (Trenque Lauquen).
  - Restitución en el 2017 de restos humanos pertenecientes a 6 individuos de la Familia Catriel a comunidades de Buenos Aires, pertenecientes al pueblo mapuche.

## **Eje 3: Desarrollo de Comunidades Indígenas**

En relación a esta línea de trabajo, a lo largo del último año:

- Se logró una mayor articulación entre los distintos organismos del Estado para garantizar el acceso a derechos de comunidades indígenas ubicadas en las zonas de mayor vulnerabilidad del país. En este marco, a través de la Mesa Interministerial de Pueblos Indígenas (MIMPI) se articuló con 17 organismos nacionales, sumado a los provinciales existentes, relevando y sistematizando demandas para llevar respuestas a las comunidades. Se abordaron temáticas varias como: salud, educación intercultural, sostenibilidad ambiental, comercialización de proyectos productivos, desarrollo de prestaciones sociales, asignaciones, entre otros.
- Se realizaron traducciones a diferentes lenguas originarias de material sobre distintos temas de interés público e importancia para un abordaje preventivo (enfermedades endémicas, violencia contra la mujer, instructivo de voto), y se acompañó su difusión con distintas acciones en el territorio para potenciar la concientizar sobre dichos temas.
- Se trabajó en el acceso a los derechos culturales de las comunidades indígenas. Por primera vez en la historia del Instituto Nacional de Asuntos Indígenas se otorgaron subsidios para proyectos culturales para comunidades indígenas ante el Fondo Nacional de las Artes (Se otorgaron 21 en lo que va de 2017). Asimismo, las comunidades Indígenas recibieron funciones de cine gratuito a través del Programa Cine en Tu Comunidad gestionado en conjunto con el INCAA.
- Para promover la educación intercultural de los pueblos indígenas, se desarrollan proyectos específicos entre el INAI y el Ministerio de Educación y Deportes. Se destaca el Programa de Promotores Interculturales Bilingües, Educativos y Sociales "P.I.B.E.S." y el Programa de Facilitadores Interculturales.
- Respecto al **acceso al agua**, en 2016 el INAI firmó un Convenio de Asistencia y Colaboración con el Instituto Nacional del Agua (INA), con el objetivo de establecer un programa de intercambio recíproco, destinado a la realización conjunta y coordinada de proyectos de estudio e investigación, y a la capacitación de recursos humanos en el campo de conocimiento, aprovechamiento, manejo, control y preservación de los recursos hídricos y del ambiente. También a partir de 2016 se dio inicio a la implementación a nivel nacional del Plan "100 puntos vulnerables del país", para la construcción de servicios de agua, saneamiento y energía, cloacas, viviendas, escuelas y centros de salud, desarrollo urbano, destinado a poblaciones rurales de hasta 10.000 habitantes, donde residen parte de las comunidades indígenas.
- En cuanto al acceso a la salud, se creó el Programa Nacional de Salud para Pueblos Indígenas, con el fin de formular acciones que contribuyan a la reducción de las inequidades en las condiciones de salud de las poblaciones indígenas; a la disminución de la morbimortalidad de la población indígena mediante el desarrollo de programas preventivos y promoción de la salud; y al desarrollo de actividades de capacitación de personas de las diferentes comunidades indígenas para favorecer el acceso a los servicios públicos de salud aceptando la interculturalidad.
- **Derechos Previsionales:** el INAI trabaja junto al ANSES de manera articulada, llevando a las comunidades indígenas las oficinas de gestión de trámites junto al RENAPER, a los fines de brindar mayor cobertura universal y garantizar el derecho a la identidad. En tal sentido, se efectuó la tramitación de documentos y de asignaciones universales por hijo, partidas de nacimiento, pensiones y jubilaciones a 10 mil integrantes de comunidades indígenas en las Provincia de Chaco, Salta, Santa Fe y Jujuy.
- Se está implementando un proyecto de capacitación de empoderamiento con perspectiva de género, que tiene como propósito aportar al fortalecimiento y ejercicio pleno de las mujeres indígenas, con el objetivo de erradicar las violencias hacia las mujeres en todo el país. Se están realizando "Encuentros de mujeres con perspectiva de género" para visibilizar las violencias y generar referentes con la meta de conformar una "Red de Mujeres Indígenas", cuyas integrantes, sean promotoras de prevención de las violencias de género.

Estos son sólo algunos de los temas que se trabajan en este eje y en los otros, que contribuyen a seguir avanzando en políticas públicas que está llevando adelante el Estado Nacional, en conjunto, en ocasiones, con autoridades provinciales y municipales.

VI REUNIÃO DE AUTORIDADES SOBRE POVOS INDÍGENAS DO MERCOSUL

ACTA Nº 02/17

# ANEXO VI

Brasília, 1º de dezembro de 2017

PROYECTO DE DISCURSO SALIM ALE

**REPRESENTANTE DE LA UNIDAD DE COORDINACIÓN PARA LA  
DIPLOMACIA DE LOS PUEBLOS Y PUEBLOS INDÍGENAS DEL  
MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES DEL ESTADO  
PLURINACIONAL DE BOLIVIA**

La Paz, 28 de noviembre de 2017.

(Presentado para el día 1 de diciembre de 2017, en ocasión de la VI Reunión de Autoridades de sobre Pueblos Indígenas del MERCOSUR)

Señor embajador Paulo Estivallet de Mesquita Coordinador Nacional del Grupo Mercado Común de la Presidencia Pro Tempore Brasileira, señores representantes de los Estados miembros del MERCOSUR, representantes de las Organizaciones Sociales y Pueblos Indígenas de Abya Yala, compañeros y hermanos de las Organizaciones Sociales presentes.

A nombre del Señor Presidente Constitucional del Estado Plurinacional de Bolivia Evo Morales Ayma, primer presidente Indígena en la historia de Bolivia, del Canciller del Estado Plurinacional de Bolivia Ministro de Relaciones Exteriores Emb. Fernando Huanacuni Mamani, también de origen indígena, Aymara, un saludo a las 36 Naciones y Pueblos indígena originario campesinos de Bolivia, y a los más de 5000 pueblos indígenas del mundo. Saludamos la iniciativa del MERCOSUR para realizar este tipo de reuniones de alto nivel, en las que los Estados Miembros de esta Organización dan a conocer los avances en materia de derechos los Pueblos Indígenas de sus países.

Hago el uso de la palabra en representación del Estado Plurinacional de Bolivia, un país que hace 11 años se encontraba con un índice de pobreza del 36% la cual afectó a los sectores más marginados, más vulnerables y menos escuchados del Estado: el sector del Pueblo Indígena Originario Campesino, mismo que representa más del 65% de la población boliviana. Ahora gracias al Modelo Económico Social, Productivo y Comunitario el índice de pobreza se redujo al 16%. Saludar también la lucha de los Movimientos Sociales, en su mayoría conformados por Pueblos Indígenas, gracias a ellos, a su lucha, se logró la nacionalización de los hidrocarburos el año 2006 después de la llamada guerra del gas el año 2001.

La llamada guerra del agua el año 2000, en la que también participaron Movimientos Sociales y Pueblos Indígenas para evitar la privatización de un recurso natural como el agua por órdenes del Banco Mundial, no es posible que los recursos naturales estén en manos de los privados, por esta razón constitucionalizamos el agua como derecho fundamental para la vida, trabajamos para la universalización del Derecho Humano al agua y saneamiento, logrando el 2010 en las Naciones Unidas que el Agua y Saneamiento sean declarados como un Derecho Humano.

Desde el año 2006, mediante la Diplomacia de los Pueblos por la Vida, nuestras relaciones diplomáticas se ampliaron con identidad, dignidad, soberanía, voz propia y liderazgo. En las Naciones Unidas logramos el reconocimiento de los principios de los Pueblos, el Ama Suwa

(no seas ladrón), Ama Llulla (no mientas), Ama Qhilla (no seas flojo).

Recuperamos la sabiduría, la cultura de nuestros abuelos y la lucha de nuestros pueblos, hemos posicionado el concepto de nuestra Pacha Mama (Madre Tierra). En Naciones Unidas logramos declarar el 22 de abril de 2009 como Día Internacional de la Madre Tierra, logrando desde ese año aprobar 8 Resoluciones y 7 informes sobre la Armonía con la Naturaleza.

Desde el año 2006 comenzó la defensa y revalorización de la Hoja Sagrada de Coca constitucionalizándola como parte de nuestra identidad cultural. En 2008 denunciemos la actitud colonial de la Junta Internacional de Fiscalización de Estupefacientes (JIFE) rechazando sus informes por desconocimiento de las prácticas culturales de nuestros pueblos.

En 2009, en la Comisión de Estupefacientes de NNUU solicitamos a la comunidad internacional corregir este error de prohibir el consumo tradicional y la desaparición de la hoja de coca, haciendo conocer sus bondades alimenticias y medicinales. El mismo año 2009, propusimos la enmienda al artículo 49 de la Convención del 61, por eso en 2011 denunciemos la Convención, para volver a adherirnos un año después con una reserva que establece que los usos culturales y medicinales de la hoja de coca son completamente legales en el territorio boliviano.

Decidimos compartir los atributos medicinales de los derivados de la hoja de Coca con otros países, por eso

suscribimos el 2016 el Acuerdo de Reconocimiento Mutuo (ARM) entre Bolivia y Ecuador que nos permitirá la exportación de derivados de la hoja de coca a ese país.

Nuestro gobierno decidió compartir con el mundo el legado de nuestros ancestros, como una alternativa a los problemas del hambre y la mala nutrición, implementando una política de promoción nacional e internacional. Logramos en las Naciones Unidas que el 2013 sea el Año Internacional de la Quinoa, llevando una Feria itinerante a las principales capitales de Asia, América y Europa. Ahora, estamos trabajando en la consolidación del Centro Internacional de la Quinoa con sede en Oruro con la participación de otros países productores. Hemos decidido promover el reconocimiento de la Quinoa Real de Bolivia, para distinguirla como único producto nativo 100% orgánico en el mundo.

Constitucionalizamos la Declaración de Naciones Unidas sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas el 2009, siendo el principal promotor de la realización de la Primera Conferencia Mundial de los Pueblos en 2014 para poder decir lo que los Pueblos sentimos.

Logramos declarar el 2019 como Año Internacional de los Idiomas Indígenas. Somos el único país que respaldó la propuesta de Declaración de las NNUU sobre los Derechos de los Campesinos, liderando desde el 2012 la discusión y negociación en el Consejo de DDHH.

Luego de 525 años de colonización afirmamos que los pueblos indígenas somos parte de la construcción del nuevo Estado Plurinacional y tenemos participación plena en los

organismos y foros políticos internacionales a través de nuestras organizaciones. El Estado Plurinacional se planifica y construye con la participación democrática de todas las regiones, las culturas y sectores, dirigido por las organizaciones sociales y nuestro Gobierno. La transformación de las estructuras políticas, económicas, jurídicas y sociales del nuevo Estado Plurinacional, se consolidan en la Revolución Democrática y Cultural, y se orientan hacia el Bicentenario con la Agenda Patriótica 2025.

Para concluir, es mi deseo agradecer a todos los miembros de las diversas instituciones del Gobierno de la República Federativa del Brasil, quienes han trabajado intensamente en la Organización y planificación del evento. Asimismo, agradecer a las distintas delegaciones de gobiernos de Estados Parte del MERCOSUR que han viajado desde sus países para hacer posible esta reunión.

“Este es el tiempo de los Pueblos, no del imperialismo”

“JALLALLA PUEBLOS INDÍGENAS DE ABYA YALA”

Muito obrigado.

Muchas Gracias.

VI REUNIÃO DE AUTORIDADES SOBRE POVOS INDÍGENAS DO MERCOSUL

ACTA Nº 02/17

# ANEXO VII DIGITAL

Brasília, 1º de dezembro de 2017

VI REUNIÃO DE AUTORIDADES SOBRE POVOS INDÍGENAS DO MERCOSUL

ACTA Nº 02/17

# ANEXO VIII

Brasília, 1º de dezembro de 2017



**Tema a incorporar en la VI RAPIM por solicitud de la República de Chile  
“Consulta Constituyente Indígena en Chile”**

En el mes de abril del año 2016 se inició en Chile el Proceso Participativo Constituyente para Pueblos Indígenas, que representó un hito histórico y la oportunidad de consagrar en la nueva Constitución los derechos de los Pueblos Indígenas, ajustado a los estándares internacionales en materia de derechos humanos, especialmente al Convenio N° 169 de Pueblos Indígenas y Tribales de la Organización Internacional del Trabajo (en adelante Convenio 169 OIT), a la Declaración de las Naciones Unidas sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas y la Declaración Americana sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas.

El Proceso Constituyente Indígena se desarrolló en el marco del Proceso Constituyente de carácter general, consagrándose como un espacio ampliamente participativo, que contó con la intervención de autoridades tradicionales, integrantes de instituciones representativas (comunidades, asociaciones y otras organizaciones) agrupaciones y personas naturales indígenas pertenecientes a los nueve Pueblos Indígenas que habitan Chile: Aymara, Quechua, Atacameño o Likan Antai, Diaguita, Colla, Rapa Nui, Mapuche, Kawashkar y Yagán. El proceso se realizó en todo el territorio chileno y tuvo tres modalidades de participación, a saber, encuentros convocados, encuentros autoconvocados y participación individual, en los cuales participaron un total de 17.016 personas, entre los meses de mayo a diciembre de 2016.

Entre los principales temas abordados en el Proceso Participativo destaca el reconocimiento constitucional y la plurinacionalidad, el derecho a la autonomía y libre determinación, el derecho a la tierra, el territorio y los recursos naturales, así como los derechos políticos, culturales y lingüísticos.

En dicho contexto, entre los meses de julio y noviembre de 2017 se realizó el proceso de Consulta Constituyente Indígena para el reconocimiento constitucional y la participación política, que consistió en un proceso amplio a nivel nacional, con el objetivo de consultar y llegar a un acuerdo con los Pueblos Indígenas sobre los contenidos que formarán parte de la propuesta de nueva Constitución.

La convocatoria fue amplia y abierta a todas las instituciones representativas de los Pueblos Indígenas y no se circunscribió a las comunidades o asociaciones indígenas establecidas en la Ley N° 19.253, sino que, además, se convocó a las organizaciones tradicionales y a cualquier otra que fuese representativa para sus pueblos y que ellos



libremente identificasen como tales. Se realizaron más de 300 encuentros en todo el país, participando más de 10.000 personas en la etapa de deliberación interna.

Luego de un debate extenso e informado, y habiéndose cumplido con las etapas señaladas en el Decreto Supremo N° 66 que regula el procedimiento de consulta indígena en virtud del artículo 6 N° 1 letra a) y N° 2 del Convenio N° 169 OIT, se convocó al encuentro nacional a los delegados de los Pueblos Indígenas de todas las regiones.

El Proceso Constituyente Indígena, que culminó con la señalada consulta, significa un cambio histórico en la manera en que los Pueblos Indígenas y el Estado de Chile se relacionan, existiendo un diálogo real que permita que los pueblos puedan expresar y defender sus intereses y puntos de vista. Se trata del proceso de consulta indígena más importante que se haya realizado en Chile, que tiene como propósito contribuir a una nueva Constitución para el país, garante de la inclusión y de mayor profundidad democrática.



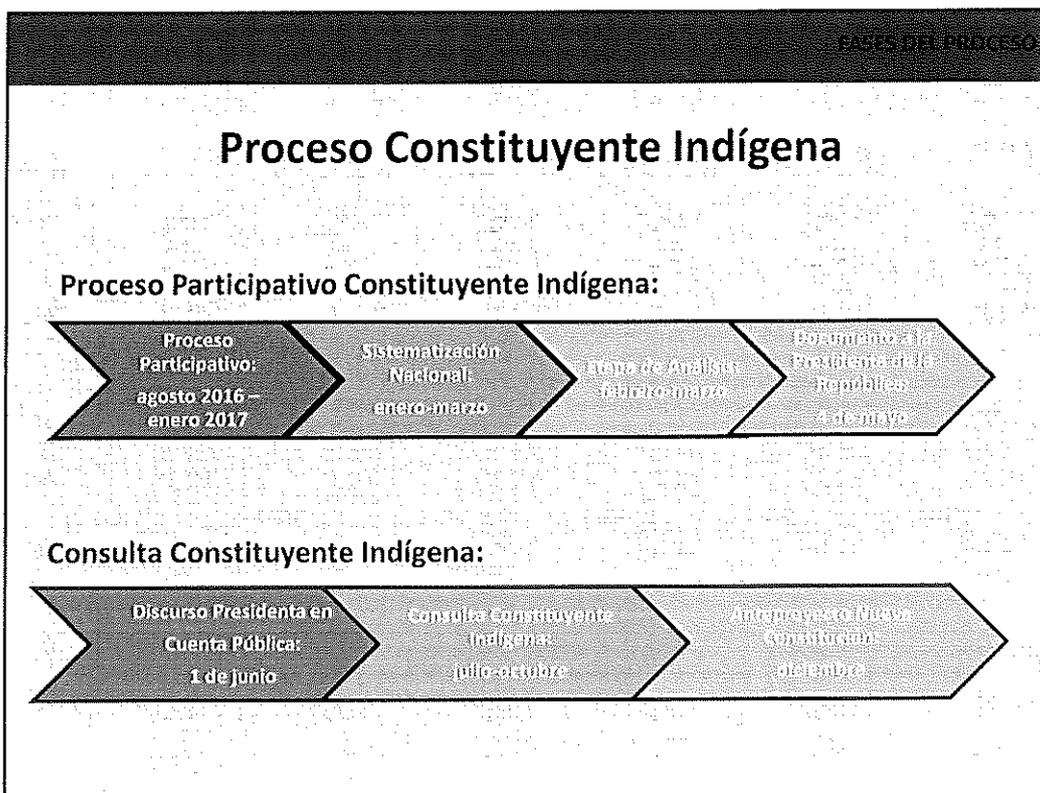
# CONSULTA CONSTITUYENTE INDÍGENA Y APLICACIÓN DEL CONVENIO 169 OIT EN CHILE

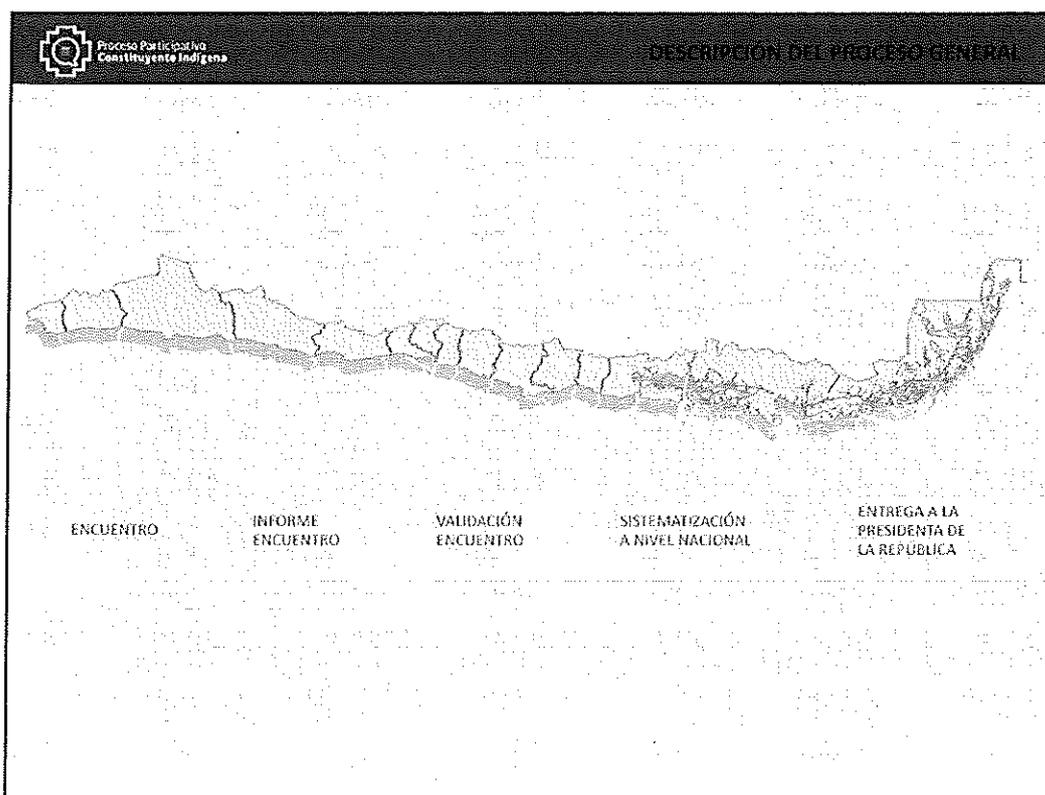
Noviembre, 2017.



## EN ABRIL DE 2016:

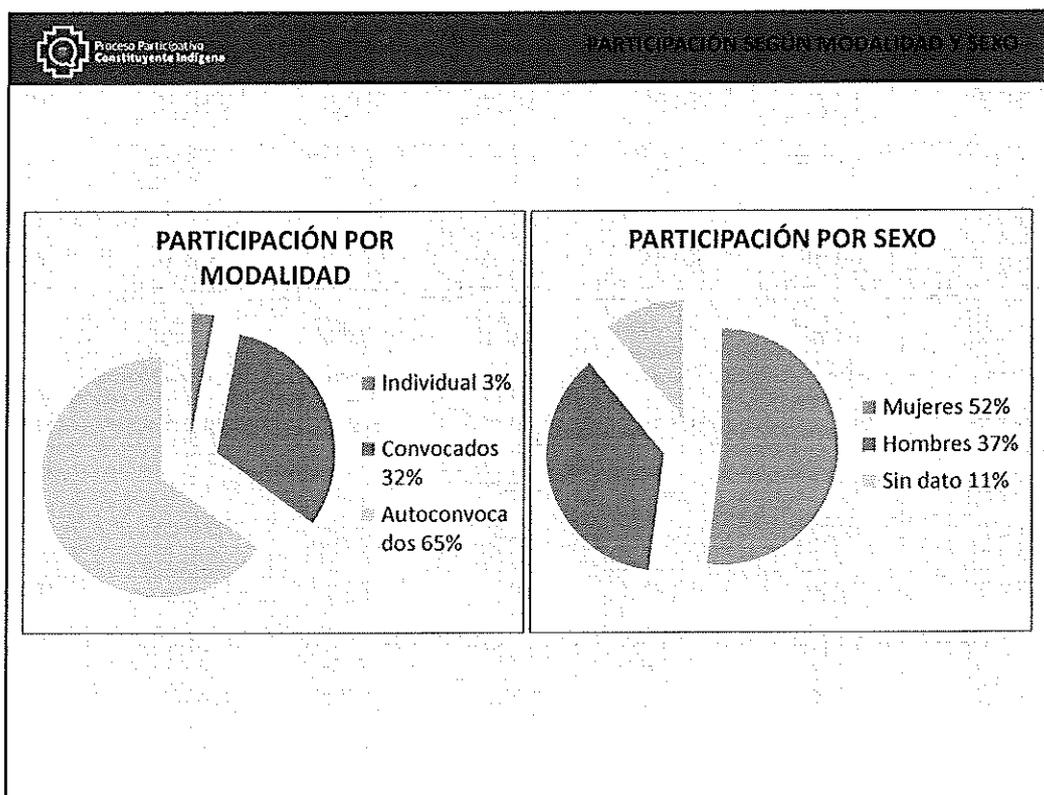
La Presidenta de la República  
anunció el proceso constituyente  
que establece un proceso de  
consulta y participación  
particular para los Pueblos  
Indígenas.





**DESCRIPCIÓN DEL PROCESO Y LOS PARTICIPANTES**

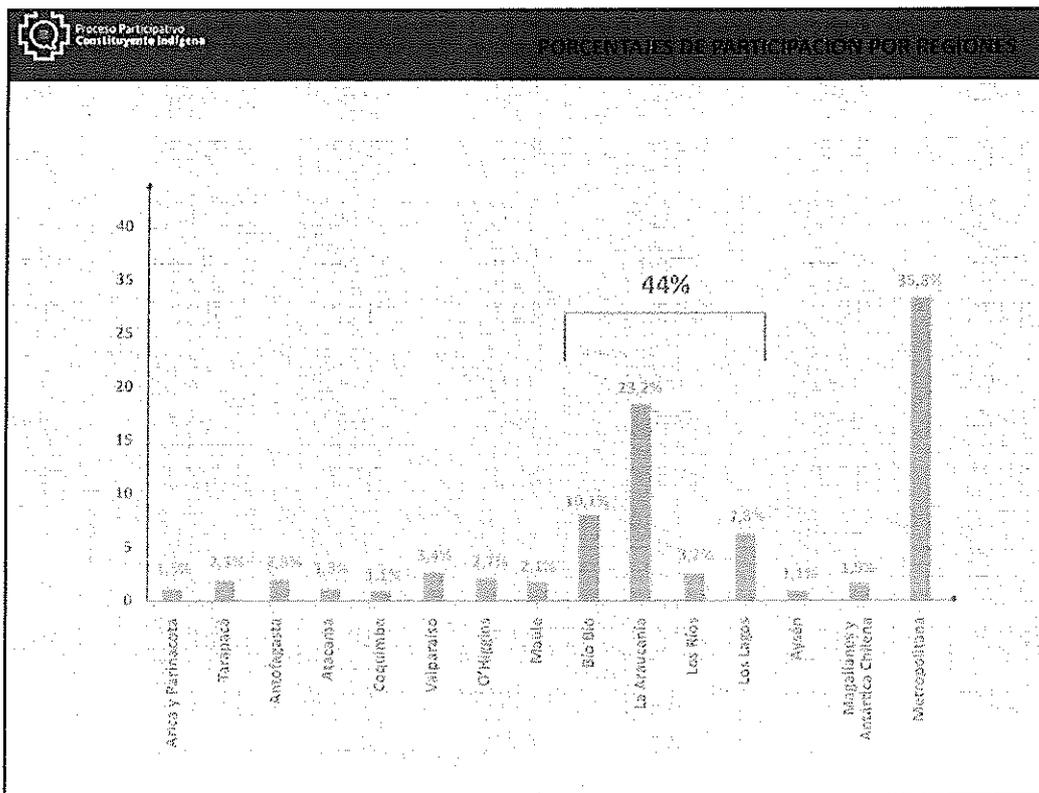
<b>Participación Individual</b>		<b>538 participantes</b>
<b>Encuentros Convocados</b>	<b>255 encuentros</b>	<b>5.354 participantes</b>
<b>Encuentros Autoconvocados</b>	<b>350 encuentros</b>	<b>11.124 participantes</b>
<b>Total</b>	<b>605 encuentros</b>	<b>17.016 participantes</b>



Proceso Participativo  
Constituyente Indígena

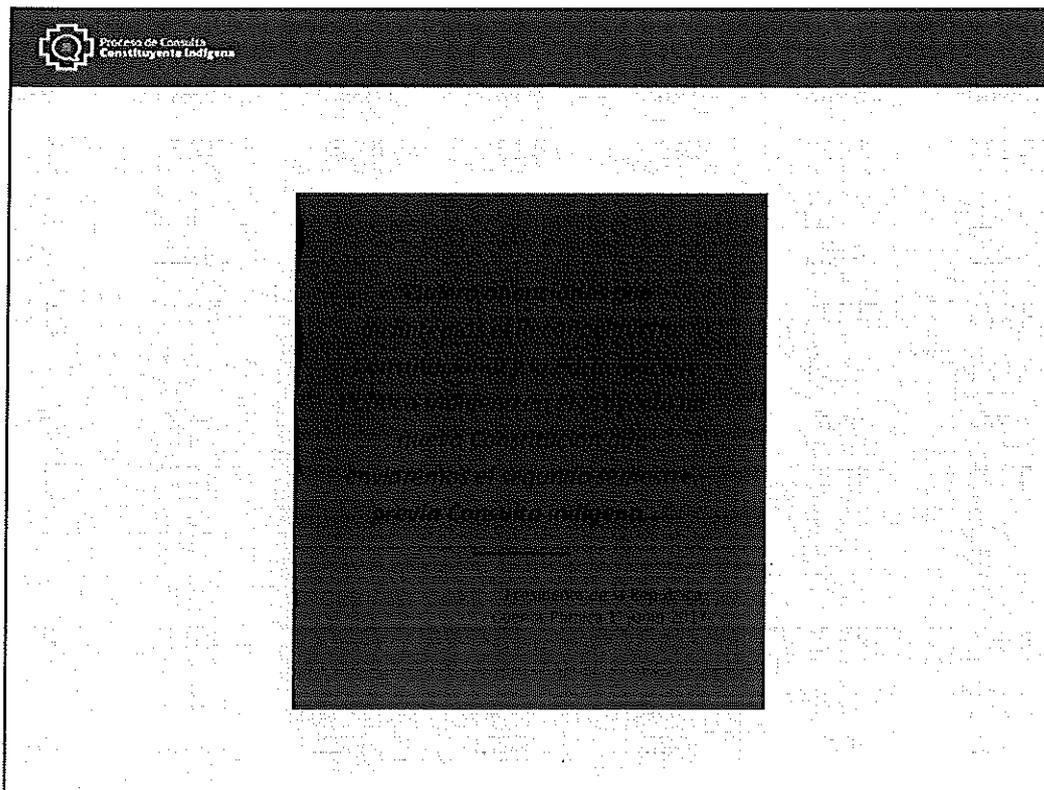
**RESUMEN PARTICIPACIÓN PROCESO PARTICIPATIVO CONSTITUYENTE POR REGIONES**

Región	TOTAL		CONVOCADOS		AUTOCONVOCADOS	
	Nº de Encuentros	Nº de Participantes	Nº de Encuentros	Nº de Participantes	Nº de Encuentros	Nº de Participantes
Araucanía	44	1.639	21	921	23	1.118
Los Ríos	28	673	17	406	11	272
Antofagasta	26	598	10	222	16	676
Atacama	15	324	7	117	8	207
Copiapó	3	160	6	119	2	41
Valparaíso	13	337	5	114	8	223
Metropolitana	27	1.013	1	31	26	982
O'Higgins	4	94	2	51	2	43
Maule	5	71	4	62	1	9
La Araucanía	53	1.950	14	297	15	1.653
Los Lagos	230	5.399	101	1.904	139	3.505
Los Ríos	57	1.330	22	436	35	894
Los Lagos	67	2.261	32	849	35	1.412
Aysén	11	150	5	51	6	99
Magallanes	11	169	8	24	3	95
<b>TOTAL REGIONAL</b>	<b>505</b>	<b>16.720</b>	<b>245</b>	<b>5.256</b>	<b>260</b>	<b>11.464</b>
Participación Individual		538				
TOTAL Proceso Constituyente		17.016				



## II. CONSULTA CONSTITUYENTE INDÍGENA





Proceso de Consulta Constituyente Indígena

MEDIDAS CONSTITUCIONALES INICIALES

- **I.2 Reconocimiento Territorial.**
  1. La Constitución reconoce a los Pueblos Indígenas la existencia de los Territorios especiales indígenas.
  2. Una ley señalará los criterios y procedimientos necesarios para el establecimiento y demarcación de los Territorios especiales Indígenas, las instancias y mecanismos a través de los cuales éstos se gestionarán, las modalidades y formas a través de las cuales los Pueblos Indígenas harán pleno ejercicio y goce de los derechos que tendrán vigencia al interior de estos territorios, entre ellos el acceso a la tierra y a los recursos naturales, en armonía con el marco jurídico nacional.

 Proceso de Consulta Constituyente Indígena

MEDIDAS CONSTITUCIONALES INICIALES

## I. Reconocimiento Constitucional de los Pueblos Indígenas

- **I.1 Reconocimiento de los Pueblos Indígenas**
  - Reconocimiento de la pre-existencia de los Pueblos Indígenas que habitan el territorio.
  - Reconocimiento del derecho de los Pueblos Indígenas a conservar, fortalecer y desarrollar su historia, identidad, cultura, idiomas, instituciones y tradiciones propias.
  - Deber del Estado de tomar medidas que permitan el ejercicio del derecho de los Pueblos Indígenas a conservar, fortalecer y desarrollar su historia, identidad, cultura, idiomas, instituciones y tradiciones propias.
  - Deber del Estado de preservar la diversidad cultural del País.
  - La interpretación de la nueva Constitución se hará conforme a los derechos que la misma y la ley establecen para los pueblos indígenas.

 Proceso de Consulta Constituyente Indígena

MEDIDAS CONSTITUCIONALES INICIALES

## I.3 Derechos lingüísticos y culturales

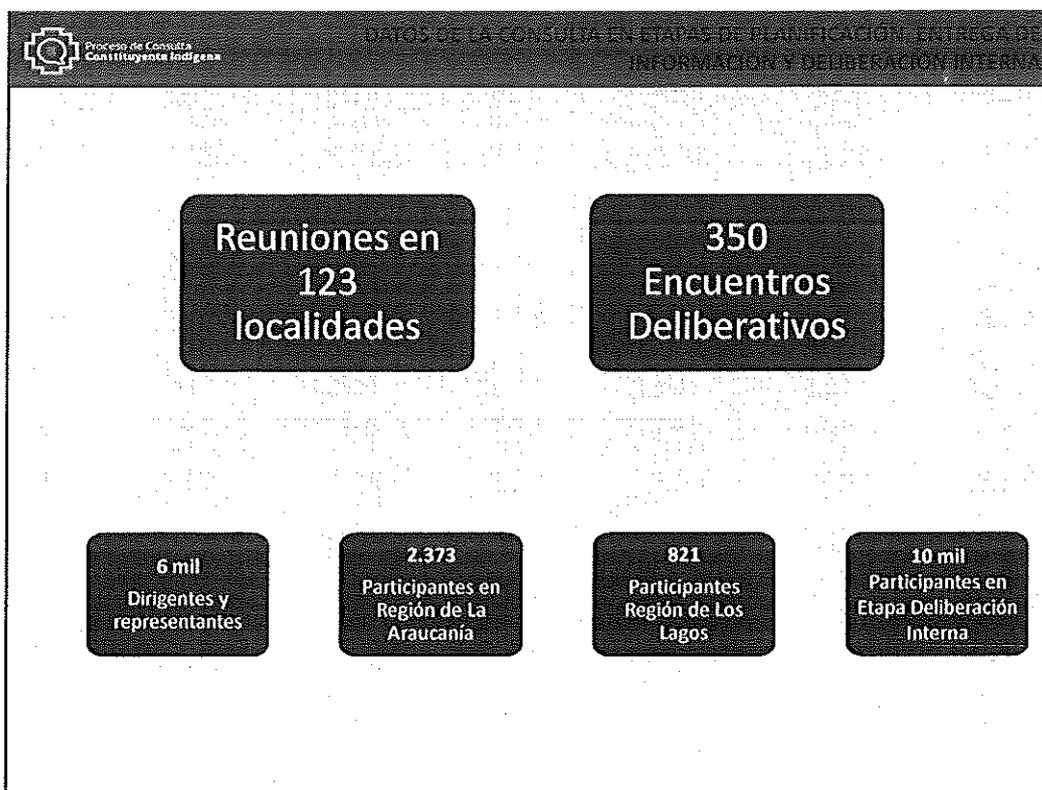
1. Reconocimiento y protección de los derechos culturales y lingüísticos de los Pueblos Indígenas, su patrimonio cultural, material e inmaterial.
2. Deber del Estado de preservar y fomentar el desarrollo los conocimientos tradicionales y las prácticas culturales de los Pueblos Indígenas, respetando su propia autonomía y sus derechos fundamentales, siempre que no sea incompatible con los derechos fundamentales reconocidos en la Nueva Constitución.
3. Reconocimiento de los emblemas y símbolos de los pueblos indígenas.
4. Reconocimiento de los idiomas de los Pueblos Indígenas como idiomas oficiales en los territorios donde ellos habitan.
5. Reconocimiento de los sistemas de educación de los pueblos indígenas, de conformidad al sistema general de educación.

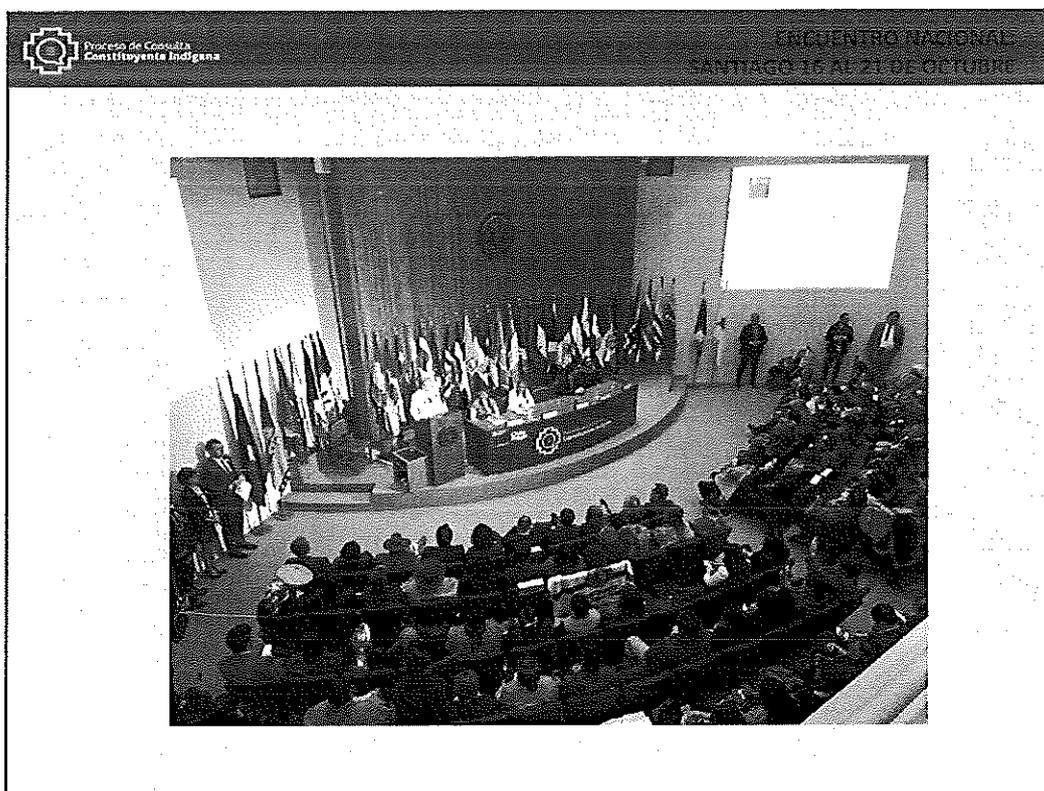
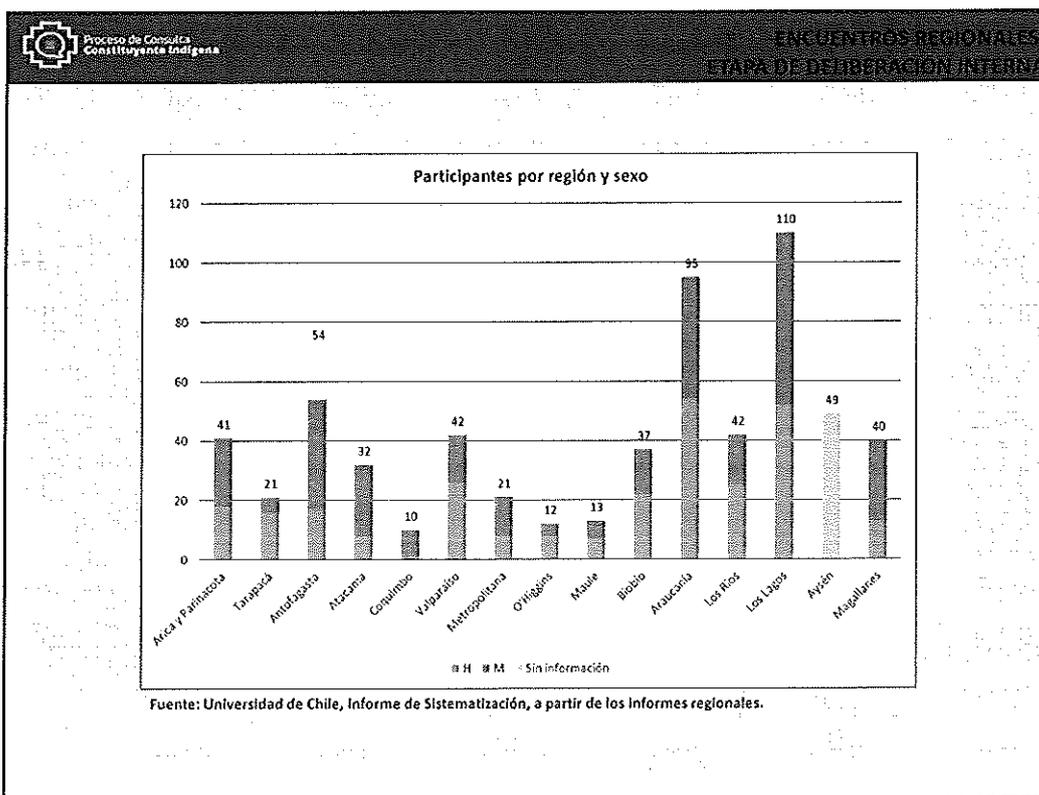
Proceso de Consulta  
Constituyente Indígena

MEDIDAS CONSTITUCIONALES INICIALES

## II. Participación Política

1. Reconocimiento de la participación y la representación política de los Pueblos Indígenas en instancias, tales como el Congreso Nacional.
2. Una ley establecerá la forma y mecanismos de participación y representación política.





Proceso de Consulta  
Constituyente Indígena

ENCUENTRO NACIONAL  
DE SAREGADO POR REGIÓN Y SEXO

Región	Hombres	Mujeres	Total
Arica y Parinacota	4	4	8
Tarapacá	7	4	11
Antofagasta	2	7	9
Atacama	2	5	7
Coquimbo	1	2	3
Valparaíso	4	1	5
Metropolitana	8	6	14
O'Higgins	1	2	3
Maule	1	1	2
Biobío	3	4	7
La Araucanía	23	8	31
Los Ríos	4	2	6
Los Lagos	10	11	21
Aysén	2	2	4
Magallanes	3	4	7
Isla de Pascua	3	3	6
<b>Total</b>	<b>78</b>	<b>66</b>	<b>144</b>

Fuente: Universidad de Chile, a partir de Información Ministerio de Desarrollo Social.

Proceso de Consulta  
Constituyente Indígena

ENCUENTRO NACIONAL  
DE AREGADO POR PUEBLOS INDÍGENAS Y SEXO

Pueblo	Hombres	Mujeres	Total
Aymara	10	6	16
Kolla	0	4	4
Diaguíta	3	4	7
Kawésqar	2	1	3
Lican Antal	0	3	3
Mapuche	44	26	70
Mapuche-Williche	10	11	21
Quechua	3	2	5
Rapa Nui	3	3	6
Yagán	0	2	2
Sin Información	3	4	7
<b>Total</b>	<b>78</b>	<b>66</b>	<b>144</b>

Fuente: Universidad de Chile, a partir de información Ministerio de Desarrollo Social.



### III. DESARROLLO Y APLICACIÓN DEL CONVENIO 169 OIT EN CHILE



Proceso de Consulta  
Contingente Indígena

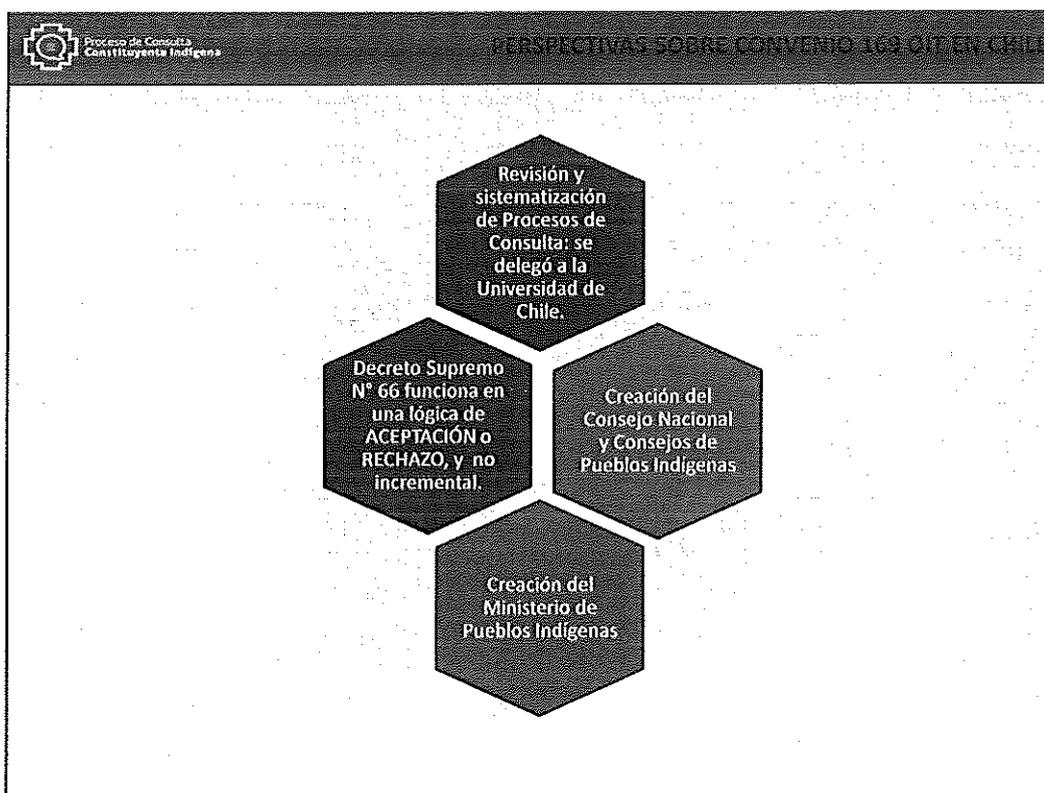
LA CONSULTA INDÍGENA EN CHILE

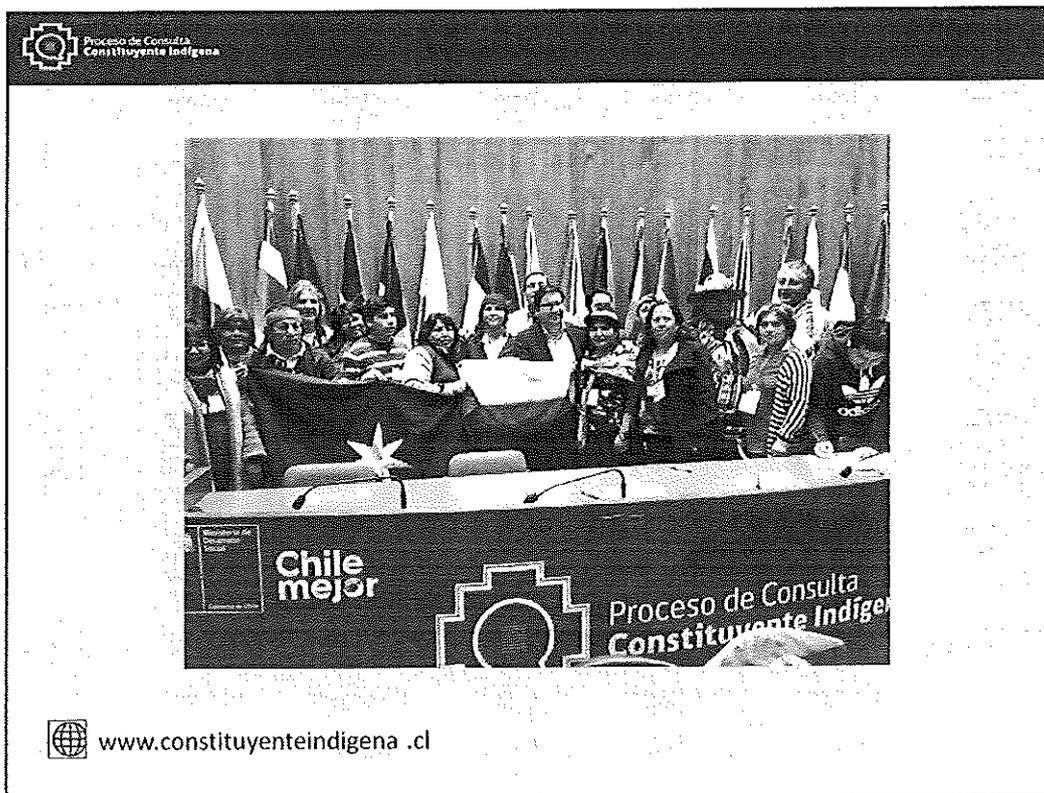
#### Procesos de consulta indígena a partir de la vigencia del Convenio 169 OIT (2009):

- **27** Procesos de consulta indígena en el Gobierno anterior, conforme el Decreto Supremo 124 del Ministerio de Planificación y Cooperación (2009-2014).
- **48** Procesos de consulta indígena (realizados, en curso y por iniciar) en el Gobierno Actual, de conformidad al Decreto Supremo N° 66 del Ministerio de Desarrollo Social (2014-2017).


Proceso de Consulta Constituyente Indígena
ASPECTOS DIFERENCIADORES DEL PROCESO DE CONSULTA CONSTITUYENTE INDÍGENA

- Se invocó como marco general el Convenio 169 OIT y la Declaración de Naciones Unidas sobre derechos de los Pueblos Indígenas.
- Se aplicó el artículo 6 en combinación con el artículo 7 del Convenio 169. La Consulta estuvo precedida del Proceso Participativo Constituyente Indígena.
- En la Etapa Participativa se realizaron Encuentros Convocados y Encuentros Autoconvocados por las propias organizaciones. El Estado garantizó las condiciones logísticas necesarias para el desarrollo de sus reuniones autoconvocadas.
- El proceso, en sus dos fases, contó con la participación del Sistema de Naciones Unidas como observadores, garantes y orientadores del proceso.
- Combinó la participación de dirigentes de la actual institucionalidad indígena (Consejeros CONADI) con los dirigentes de las organizaciones representativas de los pueblos.
- Derivó en una construcción incremental de acuerdos en un diálogo intercultural.
- Contó con una Comisión Interministerial representativa del trabajo intersectorial del Gobierno.





 [www.constituyenteindigena .cl](http://www.constituyenteindigena .cl)

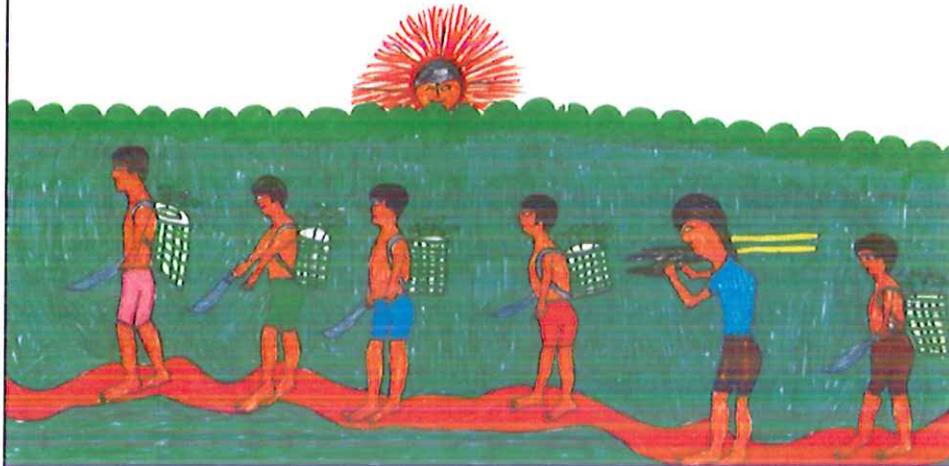
**VI REUNIÃO DE AUTORIDADES SOBRE POVOS INDÍGENAS DO MERCOSUL**

**ACTA Nº 02/17**

**ANEXO IX**

**Brasília, 1º de dezembro de 2017**

# PNGATI



## PNGATI

Decreto nº 7.747, de 05 de junho de 2012

### Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas

#### OBJETIVO GERAL:

Proteção, Recuperação, Conservação e Uso  
Sustentável dos Recursos Naturais e dos  
Territórios Indígenas

Assegurar condições de reprodução física e cultural dos  
povos indígenas e a integridade de seu patrimônio





## Breve Histórico

Do reconhecimento do Direito Territorial à Gestão Ambiental:

- **Anos 80:**
  - Lutas p/ garantir Direito Originário e Demarcação de TI
  - Criação de Associações Indígenas - surgimento do Movimento Indígena
  - CF 1988: Art. 231 e 232 - Garantia dos Direitos dos PI
- **Anos 90 e início dos anos 2000:**
  - RIO-92: Reconhecimento da contribuição indígena para a conservação ambiental e para o desenvolvimento sustentável
  - Avanços nas Demarcações, sobretudo na Amazônia - PPTAL
  - Desafio de gerir territórios e recursos naturais de maneira sustentável
    - PDPI (Amazônia): apoio a + de 500 iniciativas
    - Carteira Indígena (Nacional): apoio a + de 280 iniciativas



- **Anos 2000:**
  - 2003:**
    - Ratificação da Convenção 169 da OIT - Direito à CLPI
  - 2006:**
    - Criação da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI)
  - 2008 a 2010:**
    - GTI - Elaboração minuta PNGATI
    - 5 Consultas regionais PNGATI - 1.300 indígenas de 180 povos
    - Projeto GEF Indígena - "Projeto GATI" - 32 TI referência
  - 2012:**
    - Decreto nº 7.747, que instituiu a PNGATI;
  - 2013:**
    - Instalação do Comitê Gestor da PNGATI em 30/10/2013.



## Por que uma PNGATI?

- Histórico de lutas do Movimento Indígena;
- Ameaças e pressão no entorno - aumentam a vulnerabilidade das TI
- Populações indígenas aumentando - áreas demarcadas em polígonos - limitação de recursos
- Aumento das necessidades de bens e serviços externos - novas formas de uso e ocupação do espaço - aumento na pressão interna sobre os recursos



Desafio: Sustentabilidade do Território e dos Recursos para gerações atuais e futuras



Gestão Territorial e Ambiental

## A PNGATI



### DIRETRIZES:

Reconhecimento da autonomia sociocultural e valorização do protagonismo dos PIs por parte do Estado brasileiro

- Reconhecimento e valorização das culturas e das organizações sociais e políticas dos povos indígenas;
- Protagonismo, autonomia sociocultural e autodeterminação dos povos indígenas;
- Valorização, proteção e fortalecimento dos saberes, conhecimentos, práticas tradicionais e de seus sistemas de manejo e conservação dos recursos naturais;
- Consideração dos aspectos referentes às questões de gênero, geração, histórico de contato e comunidades localizadas em áreas urbanas;



## A PNGATI



### DIRETRIZES:

- Participação das comunidades nos processos de gestão de seus territórios, nos termos da Convenção 169 da OIT;
- Recuperação ambiental e manutenção dos ecossistemas nos biomas das TIs
- Promoção de parcerias com os governos estaduais, distrital e municipais para compatibilizar políticas públicas regionais e locais e a PNGATI.



## A PNGATI



### EIXOS TEMÁTICOS DE SUSTENTAÇÃO DA PNGATI

#### OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Eixo I: Proteção territorial e dos recursos naturais
- Eixo II: Governança e participação indígena
- Eixo III: Áreas protegidas, unidades de conservação e terras indígenas
- Eixo IV: Prevenção e recuperação de danos ambientais
- Eixo V: Uso sustentável de recursos naturais e iniciativas produtivas indígenas
- Eixo VI: Propriedade intelectual e patrimônio genético
- Eixo VII: Capacitação, formação, intercâmbio e educação ambiental



## EIXO 1

### Proteção Territorial



#### Principais Ações

- Proteção, fiscalização, vigilância e monitoramento ambiental das TI e seus limites
  - Participação dos PI, respeitado o exercício de poder de polícia de órgãos e entidades públicos competentes
- Proteção dos recursos naturais das TI por meio de ações de prevenção e defesa ambiental - manutenção da integridade territorial
- Monitoramento das transformações nos ecossistemas das TI e medidas de recuperação ambiental (nascentes, áreas degradadas, mananciais, etc)
- Etnozoneamento das TI como instrumento de planejamento e gestão

#### Principais órgãos e entidades públicas de apoio:



Funai (CGMT), Ibama, PF

## EIXO 2

### Governança e Participação Indígena



#### Principais Ações

- Participação dos PI na governança e nas tomadas de decisão referentes à implementação da PNGATI
- Qualificação da participação indígena em fóruns, comitês, comissões, redes e espaços de discussão de políticas e ações que afetem os PI em nível internacional, nacional, regional e local
  - Comitês de Bacias, Conselhos de UC, CNPI, etc.
- Fortalecimento dos sistemas de representação e participação de PI na articulação dos processos de diagnóstico e planejamento no interior das TI e seu entorno

#### Principais órgãos e entidades públicas de apoio:



Funai (CGGAM, CGPC), MMA

### EIXO 3

## Áreas Protegidas Interface TI & UC



### Principais Ações

- Direito de consulta aos PI para a criação de UC perto de suas TI
- Gestão integrada de áreas em interface (mosaicos, corredores ecológicos, etc.)
- Participação de representantes indígenas e da Funai em órgãos colegiados sobre o tema (conselhos de UC, etc.)
- Gestão compartilhada de áreas em sobreposição e/ou dupla afetação (parceria entre Funai e ICMBio):
  - Gestão de conflitos;
  - Elaboração e implementação de planos conjuntos de administração

Principais órgãos e entidades públicas de apoio: Funai (CGGAM), ICMBio



### EIXO 4

## Prevenção e Recuperação Ambiental



### Principais Ações

- Recuperação de áreas degradadas e restauração das condições ambientais das TI
- Recuperação e conservação da diversidade agrícola (agrobiodiversidade)
- Prevenção de desastres, catástrofes e emergências ambientais (enchentes, secas, etc.)
- Acompanhamento dos PI de processos de licenciamento ambiental de empreendimentos que os afetem e medidas de compensação de danos

Principais órgãos e entidades públicas de apoio: Funai (CGGAM, CGETNO, CGMT, CGLIC), MMA, Ibama



## EIXO 5

### Iniciativas Produtivas Sustentáveis



#### Principais Ações

- **Uso sustentável** dos recursos naturais para a subsistência e para a geração de renda, assegurado usufruto exclusivo:
  - Fortalecimento e valorização de práticas culturais de manejo, criação de animais e agricultura sustentáveis
  - Apoio à utilização e desenvolvimento de novas tecnologias sustentáveis, inclusive para artesanato
  - Apoio à regulamentação de iniciativas sustentáveis de etno e/ou ecoturismo
  - Apoio à certificação de produtos indígenas
  - Assistência técnica qualificada e adaptada às realidades produtivas indígenas

Principais órgãos e entidades públicas de apoio: Funai (CGETNO),  
MDS, MDA

## EIXO 6

### Patrimônio Genético e Conhecimentos Associados



#### Principais Ações

- **Proteção e salvaguarda** de conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético (que compõe a biodiversidade) brasileira
  - Biodiversidade silvestre - variedades de plantas, animais e microorganismos que ocorrem naturalmente em um lugar
  - Biodiversidade domesticada - variedades de plantas, animais e microorganismos cultivados, manejados ou modificados pela ação humana
- Apoio e valorização das iniciativas indígenas de pesquisa, criação e produção de conhecimentos etnocientíficos e inovações e tecnológicas

Principais órgãos e entidades públicas de apoio: Funai (CGGAM),  
MMA, IPHAN